

FEIÇÕES DO TRABALHO DE PSICÓLOGAS NO AGRESTE PERNAMBUCANO: PRECARIZAÇÃO E DESCAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Juliano Almeida Bastos - UPE juliano.bastos@upe.br
Jaiara Maria de Melo Paula - UPE jaiara.maria@upe.br
Maria Alice de Melo Silva - UPE mariaalice.silva@upe.br

Essa proposta apresenta um recorte de dois estudos produzidos com o objetivo de conhecer as características do trabalho de profissionais de psicologia que atuam nas políticas nacionais de saúde mental e de assistência social, tendo os Centros de Atenção Psicossocial e os Centros de Referência em Assistência Social como campos de atuação, no Agreste pernambucano. Ambos estruturados a partir da seguinte hipótese: a precarização do trabalho compromete a formação do vínculo, dificultando a efetivação da política. A Psicologia Social do Trabalho foi a perspectiva adotada para a leitura da realidade estudada. Quanto ao método, assumiram o formato quanti-qualitativo, utilizando-se questionários on-line e entrevistas semi-estruturadas. Empregou-se análise estatística descritiva e análise temática do conteúdo. Enquanto resultados, nos CAPS, 47% das participantes trabalham a menos de 1 ano e 70% têm até 2 anos, sendo 82% com contratos temporários. Nos CRAS, 32% têm menos de 1 ano e 50% até dois anos, 54% com contratos temporários. Tanto nos CAPS, quanto nos CRAS, a rotatividade de profissionais de psicologia em virtude dos contratos precários e dos baixos salários impossibilita a continuidade do cuidado e o fortalecimento da relação entre profissionais e usuários, condição necessária para a formação de vínculo. Os procedimentos gerenciais de acompanhamento da produtividade e avaliação de desempenho, diminui o tempo de atenção voltada para o acompanhamento dos usuários, o que também compromete a formação de vínculo. Conclui-se que a precarização do trabalho, além das consequências diretas para as trabalhadoras, também compromete a efetivação das políticas públicas estudadas, sendo necessário e urgente o investimento em contratações de profissionais de psicologia na condição de servidor público de carreira, para que se garanta a continuidade do cuidado e a formação de vínculo, princípio fundamental de sustentação tanto da política de saúde mental, quanto da política de assistência social.

Palavras-chave: PSICOLOGIA; POLÍTICAS NACIONAIS DE SAÚDE MENTAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.